

Esquenta briga com a Argentina

Técnicos brasileiros começam a definir a lista de 400 produtos do país vizinho que perderão privilégio de importação

Da Agência Estado

São Paulo — A briga comercial entre o Brasil e a Argentina ainda está longe de chegar ao fim e será discutida hoje no Congresso argentino. A decisão do governo brasileiro de excluir a Argentina da condição de parceiro preferencial, levou o presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Eduardo Bauzá, a convocar uma reunião de urgência do Congresso argentino para discutir a questão. Pela medida brasileira anunciada na sexta-feira cerca de 400 produtos argentinos, como têxteis, laticínios, calçados, trigo, produtos químicos, petróleo e veículos, deixarão de desfrutar do prazo de apenas 24 horas para a liberação das importações.

Bauzá convocou ainda funcionários dos Ministérios de Indústria e Comércio e das Relações Exteriores para explicar o que significa a retaliação brasileira, que suspendeu desde ontem a autorização automática de importações provenientes da Argentina. Deputados e senadores argentinos qualificaram de gravíssima a situação criada a partir das medidas adotadas pelo governo brasileiro para a

quase totalidade dos produtos argentinos.

Entre janeiro e agosto deste ano as exportações argentinas para o Brasil somaram quase US\$ 3,8 bilhões. O secretário de Indústria e Comércio da Argentina, Alieto Guadagni, e o embaixador Jorge Campbell, secretário de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores argentino, declararam que, até agora, não sabem o alcance nem a dimensão das medidas adotadas pelo Brasil. "Estou aguardando os fatos. Entretanto, não acredito até agora em represálias por parte do governo brasileiro", destacou Guadagni. Os jornais argentinos destacaram o assunto. O *Clarín* deu na sua manchete que "O governo ainda não sabe como reagir ao Brasil", enquanto o *La Nación* destacou que "O conflito com o Brasil será resolvido no Congresso."

O Comitê Executivo de Comércio Exterior ainda está decidindo quais produtos da pauta comercial entre Brasil e Argentina serão afetados com a medida de retaliação adotada pelo governo, que retirou a automaticidade da licença de importação para o parceiro comercial. O governo brasileiro pretende

Raimundo Paccó 25.3.98



Botafogo se reúne com integrantes da Câmara de Comércio Exterior para avaliar impacto no Mercosul

excluir da lista os produtos cuja a compra é essencial para a produção de produtos nacionais.

O Comitê reuniu-se ontem no Palácio do Planalto para avaliar os efeitos econômicos da medida. Além disso, o secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior, ministro José Botafogo Gonçalves, o subsecretário-geral de Assuntos de Integração Econômica, José Alfredo Graça Lima, e a secretária de Comércio Exterior, Lytha

Spíndola — que fazem parte do comitê executivo — ainda vão avaliar o impacto político da medida no Mercosul.

A Secretaria de Comércio Exterior ainda deverá anunciar por quanto tempo a Argentina vai permanecer com o novo status, que a coloca como um parceiro comercial como outro qualquer. O governo brasileiro demonstrou estar irritado com as reivindicações da indústria automobilística argentina para

garantir proteção local, principalmente no setor de autopeças. O secretário de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Hélio Mattar, disse ontem que "o Brasil espera reciprocidade" nos fóruns para garantir um entendimento com o país parceiro.

Segundo Mattar, os argentinos, que já exigiram conteúdo mínimo de peças produzidas no seu país para os carros vendidos ali, querem agora baixar a alí-

quota de importação de uma certa quantidade de componentes trazidos de países de fora do Mercosul.

Ao contrário do que havia anunciado a indústria automobilística, as negociações para estender o regime automotivo no Mercosul até o ano 2004 não estão concluídas. O único ponto de consenso diz respeito à alíquota de importação de carros fabricados em outros continentes. Brasil e Argentina concordam em fixar o imposto de importação desses veículos em 35%. Mas as regras para autopeças são mais complicadas.

TARIFAS

Existe hoje uma grande diferença entre as alíquotas de importação de componentes fabricados fora do Mercosul. Atualmente O Brasil recolhe 11,5% e programou elevar o tributo para índices entre 12% e 18% até 2004. Na Argentina, o imposto é de 2%.

O vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Luiz Fernando Furlan, disse ontem que o impasse gerado pelas retaliações do governo brasileiro para a entrada de produtos argentinos no País pode encarecer os produtos nacionais. Ele citou como exemplo produtos de consumo, máquinas e insumos. "Com isso haverá encarecimento de autopeças e, conseqüentemente, dos veículos, porque o Brasil importa estes itens da Argentina."